

No. 39643

**Brazil
and
Colombia**

Memorandum of understanding between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Colombia within the program of international cooperation of the Ministry of Health of Brazil. Brasília, 18 December 2002

Entry into force: *18 December 2002 by signature, in accordance with section 3.1 (4)*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 3 November 2003*

**Brésil
et
Colombie**

Mémorandum d'accord entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République de Colombie dans le cadre du programme de coopération internationale du Ministère de la santé du Brésil. Brasília, 18 décembre 2002

Entrée en vigueur : *18 décembre 2002 par signature, conformément à la section 3.1 (4)*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 3 novembre 2003*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

MEMORANDUM DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA
NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL
DO MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Colômbia
(doravante denominados “Partes”),

Considerando que a pandemia da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) tem afetado sobretudo os países com menor desenvolvimento relativo da África, Ásia, América Latina e Caribe e com capacidade de resposta limitada;

Considerando o reconhecimento da comunidade internacional, em diferentes instâncias, da importância de se garantir e aumentar o acesso a medicamentos para AIDS, por intermédio dos seguintes instrumentos: a) Resolução E/CN.4/RES/2001/33, de 20 de abril de 2001, da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU); b) Resolução WHA 54.11, de 21 de maio de 2001 da Organização Mundial da Saúde (OMS); e c) Declaração sobre o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) e Saúde Pública, de 14 de novembro de 2001, da Organização Mundial do Comércio (OMC);

Tendo em conta o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, assinado em 13 de dezembro de 1972;

Reconhecendo a experiência e os resultados brasileiros exitosos nas ações integradas de assistência e prevenção do HIV/AIDS;

Conscientes da necessidade de executar projetos e atividades específicos de cooperação que possam contribuir de maneira efetiva para o desenvolvimento econômico e social de outros países com menor desenvolvimento social relativo e o impacto desses projetos na melhoria da qualidade de vida de significativas parcelas de populações afetadas às áreas dos projetos;

Considerando que os projetos e atividades identificados apontarão significativos benefícios às políticas setoriais de ambos os países, além de contribuírem para o fortalecimento institucional e se revestirem de caráter multiplicador;

Firmam o presente Memorandum de Entendimento, imbuídos do espírito de amistosa cooperação:

1. O presente Memorandum de Entendimento tem como objeto a implementação do “Projeto de Assistência de Prevenção do HIV/AIDS”, no âmbito do “Programa de Cooperação Internacional para Ações de Controle e Prevenção do HIV para Países em Desenvolvimento”, contribuindo com os esforços da República da Colômbia em promover uma resposta efetiva para o controle da epidemia do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e AIDS, bem como estabelecendo os parâmetros de sua execução;
2. O “Programa de Cooperação Internacional para Ações de Controle e Prevenção do HIV para Países em Desenvolvimento”, doravante denominado “Programa”, reger-se-á pelas seguintes diretrizes:
 - a) o Programa apoiará um Projeto-Piloto negociado e aprovado pelas Partes;
 - a1) o Projeto-Piloto deverá especificar, até 2 (dois) meses após a assinatura do presente Memorandum de Entendimento, as responsabilidades dos órgãos governamentais envolvidos em sua implementação, o objetivo (conforme o item b, abaixo), os resultados esperados, o cronograma e os recursos financeiros;
 - b) o Projeto-Piloto preverá o tratamento de aproximadamente 100 (cem) pessoas vivendo com HIV e AIDS na República da Colômbia, com medicamentos anti-retrovirais genéricos produzidos no Brasil e fornecidos pelo Ministério da Saúde brasileiro;
 - b1) a internalização dos medicamentos supracitados, bem como de quaisquer outros insumos envolvidos na execução do Projeto-Piloto, deverá ser realizada pelo Governo da República da Colômbia ;
 - c) o Projeto-Piloto terá a duração de 1 (um) ano;

- d) a partir da conclusão do Projeto-Piloto, com apoio do Governo brasileiro, o Governo da República da Colômbia se compromete a dar seguimento fornecendo, direta ou indiretamente, os recursos técnicos e financeiros necessários aos serviços de assistência e tratamento das pessoas vivendo com HIV e AIDS envolvidas, incluindo medicamentos anti-retrovirais;
- e) o Projeto-Piloto poderá contemplar a participação de terceiros países e de organismos multilaterais de cooperação e organizações não-governamentais em ações específicas;
- f) para efeitos de coordenação, monitoramento e avaliação das ações de cooperação derivadas do presente Memorandum de Entendimento, as Partes designam, pelo lado brasileiro, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério da Saúde, no âmbito das respectivas competências, e, pelo lado da República da Colômbia, a entidade ou instituição competente.

3. Qualquer direito relativo à propriedade intelectual que porventura surja das atividades e ações do presente instrumento, deverá indicar expressamente a participação de ambas as Partes, não podendo caracterizar promoção individual de qualquer uma delas.


3.1) Todos os documentos e informes produzidos durante a execução dos projetos poderão ser divulgados desde que recebida a autorização das instituições participantes, podendo ser estabelecida sua confidencialidade caso solicitado por uma das instituições participantes.


4. O presente Memorandum de Entendimento entrará em vigor na data de sua assinatura e terá a vigência de 2 (dois) anos; poderá ser renovado por mais 2 (dois) anos, por manifestação expressa das Partes.

5. O presente Memorandum de Entendimento poderá ser denunciado a qualquer momento por qualquer uma das Partes, por via diplomática. A denúncia surtirá efeito 6 (seis) meses depois da data do recebimento da notificação respectiva.

6. As eventuais controvérsias surgidas na execução do presente Memorandum de Entendimento serão dirimidas por todos os meios pacíficos e amigáveis admitidos no Direito Internacional Público, privilegiando-se a realização de negociações diretas entre as Partes.

Feito em Brasília, em 18 de dezembro de 2002, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
Marco César Meira Nasláusky
Embaixador


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DA COLOMBIA
Jorge Enrique Garavito
Embaixador

x

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

MEMORANDUM DE ENTENDIMIENTO ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA
FEDERATIVA DE BRASIL Y EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA DE COLOMBIA
EN EL AMBITO DEL PROGRAMA DE COOPERACION INTERNACIONAL DEL
MINISTERIO DE SALUD DE BRASIL

El Gobierno de la República Federativa de Brasil

y

El Gobierno de la República de Colombia
(en adelante denominados “Las Partes”),

Considerando que la pandemia del Síndrome de la Inmunodeficiencia Adquirida (SIDA) ha afectado sobretodo a los países de menor desarrollo relativo de África, Asia, América Latina y Caribe y con capacidad de respuesta limitada;

Considerando el reconocimiento de la comunidad internacional, en distintas instancias, sobre la importancia de garantizar y ampliar el acceso a medicamentos para el SIDA, por intermedio de los siguientes instrumentos: a) Resolución E/CN.4/RES/2001/33, del 20 de abril de 2001, de la Comisión de Derechos Humanos de la Organización de las Naciones Unidas (ONU); b) Resolución WHA 54.11, del 21 de mayo de 2001 de la Organización Mundial de la Salud (OMS); y c) Declaración sobre el Acuerdo sobre Aspectos de los Derechos de Propiedad Intelectual Relacionados al Comercio (TRIPS) y Salud Pública, del 14 de noviembre de 2001, de la Organización Mundial del Comercio (OMC);

Teniendo en cuenta el Acuerdo Básico de Cooperación Técnica entre el Gobierno de la República Federativa de Brasil y el Gobierno de la República de Colombia, firmado el 13 de diciembre de 1972;

Reconociendo la experiencia y los resultados brasileños exitosos en las acciones integradas de asistencia y prevención del VIH/SIDA;

Conscientes de la necesidad de ejecutar proyectos y actividades específicos de cooperación que puedan contribuir de manera efectiva para el desarrollo económico y social de otros países de menor desarrollo social relativo y el impacto de esos proyectos en la mejora de la calidad de vida de partes significativas de las poblaciones afectadas a las áreas de los proyectos;

Considerando que los proyectos y las actividades identificados aportarán significativos beneficios a las políticas sectoriales de ambos países, además de contribuir para el fortalecimiento institucional y revestirse de carácter multiplicador;

Firman el presente Memorandum de Entendimiento, imbuidos del espíritu de amistosa cooperación:

1. El presente Memorandum de Entendimiento tiene como objeto la implementación del “Proyecto de Asistencia de Prevención del VIH/SIDA”, en el ámbito del “Programa de Cooperación Internacional para Acciones de Control y Prevención del VIH para Países en Desarrollo”, contribuyendo con los esfuerzos de la República de Colombia en promover una respuesta efectiva para el control de la epidemia del Virus de la Inmunodeficiencia Humana (VIH) y el SIDA, así como establecer los parámetros de su ejecución;

2. El “Programa de Cooperación Internacional para Acciones de Control y Prevención del VIH para Países en Desarrollo”, en adelante denominado “Programa”, será regido por las siguientes directrices:

a) el Programa apoyará un Proyecto-Piloto negociado y aprobado por las Partes;

a1) el Proyecto-Piloto deberá especificar, hasta 2 (dos) meses después de la firma del presente Memorandum de Entendimiento, las responsabilidades de los órganos gubernamentales involucrados en su implementación, el objetivo (de acuerdo con el ítem b, abajo), los resultados esperados, el cronograma y los recursos financieros;

b) el Proyecto-Piloto preverá el tratamiento de aproximadamente 100 (cien) personas viviendo con VIH y SIDA en la República de Colombia, con medicamentos antirretrovirales genéricos producidos en Brasil y suministrados por el Ministerio de Salud brasileño;

b1) el despacho aduanero de los medicamentos supracitados, así como de cualquier otros insumos involucrados en la ejecución del Proyecto-Piloto, estará a cargo del Gobierno de la República de Colombia;

c) el Proyecto-Piloto tendrá una duración de 1 (un) año;

- d) a partir de la conclusión del Proyecto-Piloto con el apoyo del Gobierno brasileño, el Gobierno de la República de Colombia se compromete a dar seguimiento suministrando, directa o indirectamente, los recursos técnicos y financieros necesarios a los servicios de asistencia y tratamiento de las personas viviendo con VIH y SIDA involucradas, incluyendo medicamentos antirretrovirales;
- e) el Proyecto-Piloto podrá contemplar la participación de terceros países, de organismos multilaterales de cooperación y de organizaciones no-gubernamentales en acciones específicas;
- f) para la coordinación, seguimiento y evaluación de las acciones de cooperación derivadas del presente Memorandum de Entendimiento, las Partes designan, por el lado brasileño, a la Agencia Brasileña de Cooperación (ABC) del Ministerio de Relaciones Exteriores (MRE) y al Ministerio de Salud, en el ámbito de las respectivas responsabilidades, y, por el lado de la República de Colombia, a la entidad o institución competente.

3. Cualquier derecho relativo a la propiedad intelectual que por ventura resulte de las actividades y acciones del presente instrumento, deberá indicar de forma expresa la participación de ambas Partes, no siendo posible caracterizar la promoción individual de cualquier una de ellas.


3.1) Todos los documentos e informes producidos a lo largo de la ejecución de los proyectos podrán ser divulgados desde que lo autoricen las instituciones participantes, pudiendo ser establecida su confidencialidad si fuera solicitado por una de las instituciones participantes.

4. El presente Memorandum de Entendimiento entrará en vigor en la fecha de su firma y tendrá la vigencia de 2 (dos) años; podrá ser renovado por 2 (dos) años más, por manifestación expresa de las Partes.

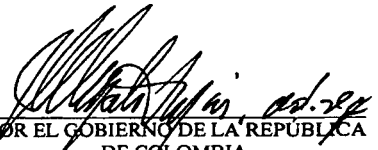
5. El presente Memorandum de Entendimiento podrá ser denunciado en cualquier momento por cualquiera de las Partes, por vía diplomática. La denuncia será efectiva pasados 6 (seis) meses de la fecha de recepción de la notificación respectiva.

6. Las eventuales controversias surgidas de la ejecución del presente Memorandum de Entendimiento serán dirimidas por todos los medios pacíficos y amigables admitidos en el Derecho Internacional Público, principalmente mediante negociaciones directas entre las Partes.

Hecho en Brasilia, el 18 de diciembre de 2002, en dos ejemplares originales, en los idiomas portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.

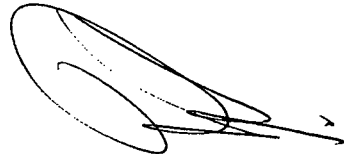


POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA
FEDERATIVA DE BRASIL
Marco César Meira Naslausky
Embaixador



POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA
DE COLOMBIA
Jorge Enrique Garavito
Embaixador

x



[TRANSLATION - TRADUCTION]

MEMORANDUM OF UNDERSTANDING BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF COLOMBIA WITHIN THE SCOPE OF THE INTERNATIONAL COOPERATION PROGRAMME OF THE MINISTRY OF HEALTH OF BRAZIL

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Colombia (hereinafter referred to as the "Parties"),

Considering that the Acquired Immunodeficiency Syndrome (AIDS) pandemic has affected primarily the relatively less developed countries of Africa, Asia, Latin America and the Caribbean, which have limited response capacities;

Considering that on various occasions, the international community has recognized the importance of ensuring and increasing access to AIDS drugs through the following instruments: (a) United Nations Commission on Human Rights resolution 2004/33 of 20 April 2001, (b) World Health Organization (WHO) resolution WHA54.11 of 21 May 2001 and (c) the World Trade Organization (WTO) Declaration on the TRIPS Agreement and Public Health of 14 November 2001;

Taking into account the Basic Agreement on Technical Cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Colombia, signed on 13 December 1972;

Recognizing the experience and successful results obtained by Brazil in the area of integrated human immunodeficiency virus (HIV)/AIDS assistance and prevention activities;

Aware of the need to implement specific cooperation projects and activities which may contribute effectively to the economic and social development of other countries of relatively lesser social development and the impact of such projects in improving the quality of life of significant portions of the affected populations in areas covered by the projects;

Considering that the projects and activities identified will significantly benefit the sectoral policies of both countries, help strengthen their institutions and have a multiplying effect; and

Imbued with the spirit of friendly cooperation, have signed the following Memorandum of Understanding:

1. The purpose of this Memorandum of Understanding is to implement the HIV/AIDS Prevention Assistance Project in the context of the International Cooperation Programme for Actions aimed at the Control and Prevention of HIV in Developing Countries and to contribute to the efforts of the Republic of Colombia to promote an effective response to control of the HIV/AIDS epidemic and set the parameters for its execution.

2. The International Cooperation Programme for Actions aimed at the Control and Prevention of HIV in Developing Countries, hereinafter referred to as the "Programme", shall be implemented according to the following guidelines:

(a) The Programme shall provide support for a Pilot Project to be negotiated and approved by the Parties;

(i) Within two months of the signing of this Memorandum of Understanding, the Pilot Project shall specify the responsibilities of the government institutions involved in its implementation and its objectives (pursuant to paragraph (b) below), anticipated results, timetable and financial resources;

(b) The Pilot Project shall provide treatment to approximately 100 persons living with HIV/AIDS in the Republic of Colombia through generic antiretroviral drugs produced in Brazil and furnished by the Brazilian Ministry of Health;

(i) The Government of the Republic of Colombia shall be responsible for ensuring customs clearance for the aforementioned drugs and for any other supplies involved in implementation of the Pilot Project;

(c) The duration of the Pilot Project shall be one year;

(d) At the end of the Pilot Project, with the support of the Brazilian Government, the Government of the Republic of Colombia undertakes to ensure follow-up by directly or indirectly providing the technical and financial resources necessary to the assistance and treatment services for persons living with HIV/AIDS, including antiretroviral drugs

(e) The Pilot Project may consider the participation of third countries, multilateral cooperation agencies and non-governmental organizations in specific activities;

(f) For the coordination, monitoring and evaluation of the cooperation activities conducted under this Memorandum of Understanding, the Parties designate, in the case of Brazil, the Brazilian Cooperation Agency (ABC) in the Ministry of Foreign Affairs and the Ministry of Health, within their respective areas of competence, and, in the case of the Republic of Colombia, the competent body or institution.

3. Any assertion of intellectual property rights arising from activities conducted or actions taken under this instrument shall include specific mention of the participation of both Parties and shall not promote either Party to the exclusion of the other.

3. (1) Any documents and reports produced during implementation of the projects may be divulged once authorization from the participating institutions has been received. Their confidentiality may be stipulated at the request of any of the said institutions.

4. This Memorandum of Understanding shall enter into force on the date on which it is signed and shall remain in force for two years. It may be renewed for a further two years through a specific declaration by the Parties.

5. This Memorandum of Understanding may be terminated at any time by either Party through the diplomatic channel. Termination shall take effect six months after the date of receipt of the respective notification.

6. Any disputes arising from the implementation of this Memorandum of Understanding shall be resolved by any peaceful and amicable means admissible under public international law, preferably through direct negotiation between the Parties.

DONE at Brasilia on 18 December 2002 in two original copies in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

MARCO CÉSAR MEIRA NASLAUSKY
Ambassador

For the Government of the Republic of Colombia:

JORGE ENRIQUE GARAVITO
Ambassador

[TRANSLATION - TRADUCTION]

MÉMORANDUM D'ACCORD ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DE COLOMBIE DANS LE CADRE DU PROGRAMME DE COOPÉRATION INTERNATIONALE DU MINISTÈRE DE LA SANTÉ DU BRÉSIL

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République de Colombie (ci-après dénommés les " Parties "),

Considérant que la pandémie du Syndrome d'immunodéficience acquise (SIDA) a principalement touché les pays d'Afrique, d'Asie, d'Amérique latine et des Caraïbes relativement moins développés, lesquels possèdent des capacités de réponse limitées ;

Considérant qu'à diverses occasions, la communauté internationale a reconnu l'importance qu'il y a à assurer et à accroître l'accès aux médicaments de traitement du SIDA par l'intermédiaire des instruments suivants : a) la Résolution 2004/033 des Nations Unies pour les Droits de l'homme du 20 avril 2001, b) la Résolution WHA 54.11 de l'Organisation mondiale de la santé (OMS) du 21 mai 2001 et c) la Déclaration relative à l'Accord sur les ADPIC et la Santé publique de l'Organisation mondiale du commerce (OMC) du 14 novembre 2001 ;

Tenant compte de l'Accord de base relatif à la coopération technique entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République de Colombie, signé le 13 décembre 1972 ;

Reconnaissant l'expérience du Brésil et les résultats positifs obtenus par le Brésil dans le domaine d'activités intégrées d'assistance et de prévention ayant trait au virus d'immunodéficience chez les humains (VIH/SIDA) ;

Conscients de la nécessité de mettre en oeuvre des projets et activités spécifiques de coopération susceptibles de contribuer de façon efficace au développement économique et social d'autres pays relativement moins développés sur le plan social ainsi que l'incidence de tels projets sur l'amélioration de la qualité de vie d'un pourcentage important des populations affectées dans les zones couvertes par les projets ;

Considérant que les projets et activités identifiés entraîneront des avantages considérables pour les politiques sectorielles des deux pays, contribueront à renforcer leurs institutions et auront un effet multiplicateur ; et

Dans un esprit de coopération amicale, ont signé le Mémoire d'accord ci-après :

1. Le présent Mémoire d'accord a pour objectif de mettre en oeuvre le Projet d'aide à la prévention de VIH/SIDA dans le contexte du Programme international de coopération d'actions visant à combattre et prévenir le VIH dans les pays en développement et de contribuer aux efforts déployés par la République de Colombie en vue de promouvoir une réponse efficace pour combattre l'épidémie de VIH/SIDA et de mettre en place les paramètres en vue de son exécution.

2. Le Programme international de coopération pour des actions visant à combattre et prévenir le VIH dans les pays en développement, ci-après dénommé le " Programme ", sera mis en oeuvre conformément aux directives ci-après :

a. Le Programme fournira un appui au Projet pilote qui sera négocié et approuvé par les Parties ;

i. dans les deux mois à partir de la date de signature du présent Mémoire d'accord, le Projet pilote spécifiera les responsabilités des institutions gouvernementales participant à sa mise en oeuvre et à ses objectifs (conformément au paragraphe b) ci-après, les résultats anticipés, le calendrier d'exécution et les ressources financières ;

b. le Projet pilote assumera le traitement d'environ 100 personnes affectées par le VIH/SIDA en République de Colombie au moyen de médicaments génériques antirétroviraux produits au Brésil et fournis par le Ministère de la santé brésilien ;

i. le Gouvernement de la République de Colombie aura pour mission d'assurer le dévouement des médicaments susmentionnés et de toutes autres fournitures ayant trait à la mise en oeuvre du Projet pilote ;

c. la durée du Projet pilote sera de un an ;

d. à la fin du Projet pilote, avec l'appui du Gouvernement brésilien, le Gouvernement de la République de Colombie s'engage à assurer le suivi en fournissant directement ou indirectement les ressources techniques et financières nécessaires aux services d'assistance et de traitement destinés aux personnes affectées par le VIH/SIDA, y compris les médicaments antirétroviraux ;

e. le Projet pilote pourra envisager la participation de pays tiers, d'agences multilatérales de coopération et d'organisations non gouvernementales pour des activités spécifiques ;

f. en ce qui concerne la coordination, le suivi et l'évaluation des activités de coopération menées dans le cadre du présent Mémoire d'accord, les Parties désignent, pour le Brésil, l'Agence brésilienne de coopération du Ministère des Affaires étrangères et le Ministère de la santé, dans leurs domaines respectifs de compétence, et dans le cas de la République de Colombie, l'Organisme ou l'institution compétents.

3. Toute affirmation de droits de propriété intellectuelle découlant d'activités menées ou d'actions prises en vertu du présent document devra inclure la mention spécifique de la participation des deux Parties et s'abstiendra de mettre en valeur une Partie à l'exclusion de l'autre.

3.1 Tous documents et rapports produits pendant la mise en oeuvre des projets pourront être diffusés après réception de l'autorisation des institutions participantes. Leur confidentialité peut être demandée par l'une ou l'autre desdites institutions.

4. Le présent Mémoire d'accord entrera en vigueur à la date de sa signature et restera en vigueur pendant deux ans. Il peut être renouvelé pour une autre période de deux ans par déclaration spécifique des Parties.

5. Le présent Mémoire d'accord peut être dénoncé à n'importe quel moment par l'une ou l'autre des Parties par la voie diplomatique. Ladite dénonciation prendra effet six mois après la date de réception de la notification.

6. Tous différends découlant de la mise en oeuvre du présent Mémorandum d'accord seront réglés par tous moyens de règlement à l'amiable admissibles en vertu du droit public international, de préférence par négociation directe entre les Parties.

Fait à Brasilia le 18 décembre 2002 en deux exemplaires originaux dans les langues portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

MARCO CÉSAR MEIRA NASLAUSKY
Ambassadeur

Pour le Gouvernement de la République de Colombie :

JORGE ENRIQUE GARAVITO
Ambassadeur

